

A formação docente e as tensões entre o instituído e o instituinte: um estudo sobre as práticas transformadoras na educação básica

Valter Pedro Batista

1. Introdução

A formação docente ocupa um papel central na estruturação da educação básica e superior, sendo um campo permeado por disputas políticas, ideológicas e epistemológicas. Os sistemas educacionais, ao longo da história, têm buscado estabelecer diretrizes e normativas para garantir uma formação padronizada e alinhada a determinados interesses institucionais. Essas normativas, que compõem o que se denomina de instituído, frequentemente entram em tensão com as experiências individuais e coletivas dos docentes, que desenvolvem práticas pedagógicas inovadoras e contestadoras, criando espaços instituintes no processo educativo.

Diante desse cenário, este capítulo tem como objetivo analisar as tensões entre o instituído e o instituinte na formação de professores da educação básica, com ênfase no papel das experiências docentes na resignificação das políticas educacionais. O texto emana da minha tese de doutorado em Educação defendida em 2023 na Unifesp, sob orientação da Profa. Dra. Lucila Pesce, com o título "Do Instituído ao Instituinte: Pesquisa Narrativa Autobiográfica sobre um Projeto de Formação de Formadores de Professores da Educação Básica e a Experiência de Si". A pesquisa adota a pesquisa narrativa autobiográfica (Clandinin e Connelly, 2011) como abordagem metodológica para compreender as trajetórias dos docentes e seus impactos na construção do conhecimento pedagógico.

O problema central da pesquisa reside na dicotomia entre a formação docente estruturada por normativas institucionais e as experiências reais dos professores em suas práticas cotidianas. Na tese, argumento que a formação de professores não pode se restringir ao cumprimento de diretrizes formais, mas deve incorporar as vivências e reflexões dos docentes como elementos essenciais para a construção de uma prática pedagógica crítica e emancipatória. Essa perspectiva reforça a necessidade de repensar os programas de formação inicial e continuada, criando espaços de escuta e participação ativa dos professores na formulação de estratégias educacionais.

No contexto atual, marcado por políticas educacionais influenciadas pela Nova Gestão Pública e pela ideologia da competência, há uma crescente ênfase em resultados quantitativos e na avaliação por desempenho, o que reduz a complexidade do processo formativo a métricas e indicadores. Esse cenário reforça o instituído como um aparato normativo rígido que, ao invés de promover a valorização da docência, impõe aos professores uma lógica produtivista que desconsidera suas subjetividades e desafios diários. Em contrapartida, as práticas instituintes, que emergem das experiências docentes, desafiam essa estrutura, ao propor metodologias mais flexíveis, dialógicas e contextualizadas, alinhadas às reais necessidades do ensino e da aprendizagem.

A pesquisa narrativa autobiográfica por mim utilizada (Batista, 2023) permite uma abordagem diferenciada, na qual os relatos dos professores são analisados como fontes legítimas de conhecimento, capazes de revelar nuances e contradições no processo formativo. Esse método possibilita compreender como as experiências individuais se entrelaçam com as estruturas institucionais, destacando as estratégias que os docentes adotam para resistir às imposições normativas e transformar suas práticas pedagógicas.

Para desenvolver essa análise, o capítulo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, apresento o quadro teórico de referência, abordando conceitos fundamentais como política de formação continuada, formação de professores, Nova Gestão Pública e ideologia da competência. Em seguida, detalho a metodologia adotada na pesquisa, destacando a importância da narrativa autobiográfica na construção do conhecimento educacional. Posteriormente, são discutidos os resultados obtidos, evidenciando as tensões entre o instituído e o instituinte no contexto da formação docente. Por fim, as considerações finais reafirmam a necessidade de repensar a formação de professores, enfatizando a importância de práticas instituintes que valorizem a subjetividade e a experiência docente como elementos centrais para a transformação da educação.

2. Revisão de Literatura

A revisão da literatura constitui uma etapa essencial para embasar teoricamente a investigação e situá-la no contexto acadêmico, em relação aos demais estudos do campo. Para compreender as tensões entre instituído e instituinte, é necessário recorrer a diferentes perspectivas que articulam a formação docente às transformações sociais, políticas e econômicas que influenciam a educação.

2.1. Formação Docente e o Paradigma das Políticas Educacionais

A formação docente tem sido um dos principais temas de debate nas pesquisas educacionais, pois reflete a complexidade das relações entre currículo, ensino e aprendizagem. De acordo com Nóvoa (1992), a formação do professor não pode ser vista como um processo linear e técnico, mas sim como um percurso de desenvolvimento profissional que integra experiências, conhecimentos teóricos e práticas pedagógicas. No Brasil, as políticas públicas educacionais, como

a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), têm exercido um papel central na regulamentação da formação docente, impondo diretrizes que muitas vezes não dialogam com as realidades locais e regionais.

A crítica a essa padronização está disseminada em muitos autores, que questionam a hegemonia dos modelos neoliberais na educação, enfatizando que a formação docente deveria valorizar mais a autonomia dos professores e a capacidade de contextualizar os currículos. Do ponto de vista de Freire (1996), a formação crítica dos professores é um elemento essencial para transformar a educação em um espaço emancipatório, onde o docente deixa de ser um mero executor de políticas públicas e passa a ser um agente ativo na construção do conhecimento.

2.1. O Papel do Instituído na Formação Docente

O conceito de instituído, representa um conjunto de normas, diretrizes e práticas estabilizadas que estruturam a educação formal. Na formação docente, esse aspecto se manifesta por meio das regulamentações e padrões impostos pelas políticas educacionais, que buscam garantir um nível mínimo de qualidade no ensino, mas que também limitam a inovação e a autonomia dos professores.

De acordo com Tardif (2000), a formação docente tradicionalmente enfatiza aspectos técnicos e metodológicos, muitas vezes em detrimento da dimensão reflexiva e crítica. Isso leva à reprodução de práticas padronizadas que não necessariamente atendem às necessidades dos alunos e dos contextos socioculturais específicos. No Brasil, a implementação da BNCC exemplifica essa tensão, pois, embora tenha sido criada para unificar o ensino no país, enfrenta críticas por

desconsiderar a diversidade regional e as especificidades locais da prática docente (Gatti, 2018).

2.2. Práticas Instituintes e a Resistência à Padronização

Se, por um lado, o instituído é utilizado para estruturar e normatizar a formação docente, por outro, as práticas instituintes surgem como forças de resistência e inovação. Autores como Foucault (1984) argumentam que a criação de novas práticas pedagógicas depende da capacidade dos professores de questionar e transformar as normas existentes. A pesquisa narrativa autobiográfica (Clandinin e Connelly, 2011) tem demonstrado que os docentes desenvolvem estratégias instituintes para adaptar as diretrizes curriculares às suas realidades, promovendo um ensino mais contextualizado e significativo (Batista, 2023).

Na visão de Giroux (1997), a resistência docente é uma forma de enfrentamento das políticas educacionais tecnicistas. Ao questionar a lógica da eficiência e do desempenho imposta pela Nova Gestão Pública, os professores buscam construir práticas pedagógicas que valorizem a experiência e o conhecimento prévio dos alunos. Essas práticas instituintes são fundamentais para romper com o conformismo educacional e promover uma formação docente mais alinhada com os princípios da educação democrática.

3. Quadro Teórico de Referência

3.1 Política de Formação Continuada

A política de formação continuada tem sido um dos principais eixos da regulamentação da educação básica, sendo considerada essencial para garantir a atualização dos professores em exercício. Aponto em minha tese de doutorado (Batista,

2023), que essas políticas, embora necessárias, muitas vezes são estruturadas com base em modelos normativos rígidos, que desconsideram as especificidades locais e subjetivas do processo de ensino. Esse modelo tradicional de formação continuada tende a privilegiar abordagens centralizadas, que nem sempre dialogam com as realidades das escolas e com os desafios enfrentados pelos docentes no cotidiano da sala de aula.

Tenho sinalizado em meus estudos (2023) que a formação continuada não pode ser um processo homogêneo e descontextualizado. Ela deve estar vinculada à prática e à reflexão crítica sobre o próprio fazer docente. Modelos de formação que desconsideram a experiência do professor e impõem um currículo fixo acabam limitando sua autonomia e reduzindo as possibilidades de inovação pedagógica. Além disso, há desafios estruturais na implementação dessas políticas, como a precarização do trabalho docente e a falta de tempo para que os professores se dediquem a formações mais aprofundadas e significativas.

O desafio consiste em promover uma formação continuada que seja dialógica e emancipatória, baseada na construção coletiva do conhecimento. Nas palavras de Pesce (2010):

No contexto da formação de educadores, a hegemonia da perspectiva sistêmica sobre a comunicativa. Diante disso, sugerimos uma proposta de formação de educadores fundamentada na perspectiva dialógica, a qual releva o mundo da vida como dimensão primordial à consolidação de uma proposta de formação emancipadora. (p. 54)

Neste sentido, sugiro que iniciativas que valorizem a autonomia docente e a troca de experiências entre pares sejam fortalecidas. Modelos como grupos de estudo, comunidades de aprendizagem e práticas reflexivas têm demonstrado grande

potencial para transformar a formação continuada em um processo mais dinâmico e contextualizado, alinhado às necessidades e desafios reais da prática docente.

3.2 Formação de Professores

A formação de professores é um campo marcado por tensões entre as diretrizes oficiais e as práticas que emergem da experiência docente. Enfatizo que a prática pedagógica não pode ser reduzida a um modelo tecnicista que transforma o professor em mero executor de normas e diretrizes. Em vez disso, a formação deve ser compreendida como um processo dinâmico, no qual o professor se torna sujeito ativo na construção do conhecimento, capaz de questionar e transformar a realidade educacional.

As políticas de formação de professores no Brasil frequentemente adotam abordagens padronizadas, que desconsideram a diversidade das realidades escolares e as especificidades socioculturais dos alunos. Argumento que essa visão homogeneizadora prejudica a capacidade do docente de desenvolver práticas pedagógicas mais sensíveis e contextualizadas. A falta de flexibilidade na formação inicial compromete a capacidade crítica dos professores e dificulta a incorporação de metodologias inovadoras e adaptáveis às necessidades da comunidade escolar.

Outro aspecto fundamental por mim discutido (Batista, 2023) é a necessidade de uma formação que promova o diálogo entre teoria e prática. Muitas vezes, os cursos de licenciatura são excessivamente teóricos e desconectados da realidade escolar. A incorporação de metodologias que permitam aos professores refletirem sobre suas experiências e experimentarem novas práticas pedagógicas é essencial para consolidar uma formação mais crítica e significativa.

A valorização da experiência do professor como parte essencial do processo formativo também se mostra uma estratégia relevante para superar a dicotomia entre formação teórica e prática. Modelos que incentivam a reflexão coletiva, a partilha de experiências e o desenvolvimento de projetos pedagógicos inovadores contribuem para fortalecer a autonomia docente e a capacidade de intervenção na realidade escolar. Batista (2023) ressalta que a formação de professores precisa ser continuamente repensada para que se torne um instrumento de transformação social e pedagógica, garantindo a superação das limitações impostas pelo instituído e a construção de práticas instituintes que favoreçam um ensino mais democrático e inclusivo.

Além disso, a pesquisa narrativa autobiográfica por mim utilizada (Batista, 2023) – com base nas considerações de Clandinin e Connelly (2011) – evidencia que os docentes que se reconhecem como sujeitos ativos de sua própria formação demonstram maior engajamento na construção de uma educação mais crítica e reflexiva. O compartilhamento de experiências entre professores permite a construção coletiva do conhecimento e reforça a importância do diálogo na prática pedagógica. Nesse sentido, a formação inicial e continuada deve buscar integrar saberes formais e informais, respeitando as trajetórias individuais dos docentes e incentivando práticas que rompam com a rigidez curricular imposta pelo instituído.

A formação docente, portanto, não pode ser vista como um processo linear ou meramente instrumental, mas sim como um campo de disputas e possibilidades de resignificação. Destaca que é essencial criar espaços instituintes dentro dos programas de formação de professores, onde seja possível experimentar novas metodologias, refletir criticamente sobre os desafios da docência e desenvolver estratégias que contribuam para uma educação mais inclusiva e transformadora. Neste contexto, temos a importância advertência de Giroux (1997):

Se acreditarmos que o papel do ensino não pode ser reduzido ao simples treinamento de habilidades práticas, mas que, em vez disso envolve a educação de uma classe de intelectuais vital para o desenvolvimento de uma sociedade livre, então a categoria de intelectual torna-se uma maneira de unir a finalidade da educação de professores, escolarização pública e treinamento profissional aos próprios princípios necessários para o desenvolvimento de uma ordem e sociedade democráticas. (p. 162)

3.3 Nova Gestão Pública

A Nova Gestão Pública (NGP) é um modelo administrativo que se consolidou nas políticas educacionais a partir das influências do ideário neoliberal. Caracteriza-se pela introdução de princípios e práticas gerenciais típicas do setor privado na administração pública, incluindo eficiência, produtividade, responsabilização e mensuração de resultados. Essa lógica tem impactado diretamente a formação e a atuação docente, restringindo a autonomia dos professores e impondo metas e indicadores de desempenho que, muitas vezes, desconsideram a complexidade do ensino e da aprendizagem.

No contexto educacional, a NGP introduziu mecanismos como a avaliação por desempenho, a meritocracia e a descentralização da gestão escolar, o que tem gerado uma crescente ênfase em resultados quantificáveis. A valorização de rankings, metas de produtividade e avaliações padronizadas acaba reforçando uma cultura gerencialista que pode comprometer a qualidade do ensino ao reduzir o processo educativo a números e estatísticas. Essa abordagem tende a negligenciar aspectos subjetivos e contextuais da prática docente, dificultando a implementação de estratégias pedagógicas mais flexíveis e alinhadas às necessidades dos alunos.

Ao impor uma lógica de eficiência e controle sobre os professores, a NGP acaba esvaziando o papel formador da escola, transformando-a em uma instituição preocupada prioritariamente com a obtenção de índices e com o cumprimento de diretrizes externas. Esse modelo também afeta a formação docente ao direcionar os programas de capacitação para a adaptação dos professores às exigências gerenciais, em vez de promover uma formação crítica e reflexiva que permita a ressignificação das práticas pedagógicas.

Além disso, a NGP introduz a lógica da responsabilização individual, transferindo para os professores a culpa por eventuais dificuldades no desempenho escolar dos alunos. Essa perspectiva ignora fatores estruturais, como desigualdade social, infraestrutura precária e condições adversas de trabalho docente. Ao desconsiderar essas variáveis, a NGP reforça a ideia de que a melhoria da educação depende exclusivamente do esforço individual dos professores, retirando do Estado e das políticas públicas a responsabilidade por garantir condições adequadas para o ensino.

Diante desse cenário, enfatizo a necessidade de resistir à imposição da lógica gerencialista no campo educacional, buscando alternativas que valorizem a autonomia e a formação crítica dos docentes. Modelos instituintes de formação podem contribuir para que os professores compreendam os impactos da NGP sobre suas práticas e desenvolvam estratégias para resistir às imposições burocráticas e produtivistas, garantindo um ensino mais democrático e voltado para a formação integral dos alunos.

3.4 Ideologia da Competência

A ideologia da competência, conforme discutida por mim (Batista, 2023), representa um dos pilares centrais da

racionalidade neoliberal aplicada à educação. Esse conceito baseia-se na noção de que o sucesso educacional e profissional depende exclusivamente do mérito individual, desconsiderando as desigualdades estruturais e contextuais que afetam o desempenho dos alunos e dos professores. Na prática, a ideologia da competência reforça a responsabilização individual dos docentes e estudantes, promovendo uma cultura de culpabilização em detrimento da reflexão sobre as reais condições do sistema educacional.

O modelo de competência tem sido amplamente utilizado em políticas educacionais que enfatizam a avaliação padronizada e o ranqueamento de instituições de ensino. Esse paradigma desconsidera fatores como diversidade cultural, condições socioeconômicas e recursos disponíveis nas escolas, impondo uma lógica que favorece a competitividade e o desempenho quantitativo em detrimento da qualidade do ensino e da aprendizagem significativa.

Além disso, a ideologia da competência influencia diretamente a formação docente, pois orienta os programas de capacitação para a adaptação às demandas de produtividade e eficiência, muitas vezes em detrimento de uma formação crítica e reflexiva. O docente, nesse contexto, é treinado para atender a padrões previamente estabelecidos, perdendo espaço para exercer sua autonomia pedagógica e desenvolver práticas instituintes que possam transformar a realidade escolar.

A imposição dessa ideologia nos currículos e nas práticas educacionais reduz a complexidade do processo de ensino-aprendizagem a uma série de metas e indicadores de desempenho. Isso restringe as possibilidades de inovação pedagógica e desconsidera as particularidades dos alunos, tornando o ensino um instrumento de adequação a parâmetros externos em vez de um espaço de construção do conhecimento.

Para resistir a essa lógica, proponho a necessidade de modelos formativos que valorizem o papel do professor como agente crítico e transformador. É fundamental que a formação docente esteja voltada para a compreensão das desigualdades estruturais e para a criação de estratégias pedagógicas que promovam a inclusão e a equidade no ambiente escolar. A superação da ideologia da competência passa, portanto, pela construção de práticas educacionais que desafiem a lógica da responsabilização individual e fortaleçam o papel social da escola como promotora de justiça e transformação.

3.5 Experiência de Si

O conceito de experiência de si, conforme trabalhado por Aristóteles, Dewey e na tese de doutorado de minha autoria (Batista, 2023), remete à maneira como os professores se percebem e se constroem dentro do campo educacional a partir da interação entre reflexão, prática e subjetividade. Aristóteles, em sua *Ética a Nicômaco*, enfatiza que a experiência é central para a formação do caráter e para o desenvolvimento do conhecimento prático. Essa perspectiva se aproxima da visão de Dewey (2010), que argumenta que a experiência educacional é o alicerce para a aprendizagem, pois o conhecimento se constrói na interação entre o sujeito e o meio.

No campo da formação docente, proponho que essa experiência de si seja compreendida como um processo contínuo de reflexão e ação no qual os professores se apropriam das normativas educacionais e as ressignificam na prática cotidiana. Assim, ao invés de meros reprodutores de um currículo estabelecido, os docentes se tornam agentes que reinterpretam e adaptam os conteúdos à realidade das escolas e comunidades em que atuam. Esse processo permite que os professores desenvolvam um olhar crítico sobre sua própria prática e ampliem seu repertório pedagógico a partir de suas experiências.

Dewey (2010) salienta que a aprendizagem baseada na experiência promove um ciclo contínuo de reflexão e ação, permitindo que os sujeitos reavaliem suas práticas e tomem decisões fundamentadas. Essa abordagem se manifesta na formação docente quando os professores analisam criticamente suas trajetórias e ajustam suas práticas pedagógicas para melhor atender às necessidades dos alunos e dos contextos em que atuam.

Na minha tese de doutorado (Batista, 2023), a experiência de si é analisada a partir dos relatos autobiográficos dos formadores de professores, que demonstram como suas trajetórias individuais influenciam suas concepções e práticas pedagógicas. Esses relatos evidenciam que a subjetividade do professor é um fator central na maneira como ele interage com as políticas educacionais, seja para segui-las de maneira conformista, seja para reinterpretá-las e transformá-las em práticas instituintes.

Dessa forma, a experiência de si constitui-se como um processo dinâmico, que permite aos professores não apenas adaptar-se às normativas, mas também resistir e propor mudanças. A pesquisa revela que os docentes que compreendem e refletem criticamente sobre sua experiência de si apresentam maior capacidade de inovação e engajamento na transformação das realidades educacionais, reforçando a necessidade de programas de formação que valorizem a subjetividade e a autonomia docente (Batista, 2023).

3.6 Conscientização e Empoderamento Freireano

A conscientização docente e fundamentada na obra de Paulo Freire, é um elemento essencial para que os professores compreendam seu papel social e político dentro da escola. A formação docente deve estimular o professor a refletir criticamente sobre sua atuação e a desenvolver estratégias pedagó-

gicas que favoreçam a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. Essa perspectiva reforça a importância das práticas instituintes como meios de resistência às imposições institucionais que limitam a autonomia dos educadores.

Freire (1987) assevera que a conscientização é um processo dialógico que permite aos sujeitos reconhecerem sua realidade, questioná-la e transformá-la. No contexto da formação docente, esse processo possibilita que os professores compreendam as limitações e desafios impostos pelo instituído e busquem caminhos instituintes para a educação.

O empoderamento freireano assume um papel crucial no processo de formação docente. Inspirado na pedagogia libertadora de Paulo Freire, defendo que o empoderamento dos professores não é apenas uma questão técnica, mas um processo político e social. A capacidade dos docentes de compreender e transformar a realidade educacional está diretamente ligada ao desenvolvimento de uma consciência crítica sobre sua própria prática.

O empoderamento, segundo a abordagem freiriana, significa que o professor deixa de ser um mero reproduzidor de conteúdos e passa a se tornar um sujeito ativo na construção do conhecimento, promovendo a autonomia dos alunos e a democratização do ensino. Esse empoderamento permite que os professores não apenas resistam às imposições normativas, mas também criem alternativas pedagógicas que promovam uma educação mais democrática e emancipatória.

Ressalto que o empoderamento freiriano exige uma prática educativa dialógica e participativa, na qual os docentes e alunos constroem juntos o conhecimento. Esse processo de conscientização e empoderamento possibilita que a escola se torne um espaço de transformação social, onde os sujeitos educacionais possam questionar e modificar as estruturas de poder que reproduzem desigualdades e exclusões.

A conscientização docente fundamentada na obra de Paulo Freire é um elemento essencial para que os professores compreendam seu papel social e político dentro da escola. A formação docente deve estimular o professor a refletir criticamente sobre sua atuação e a desenvolver estratégias pedagógicas que favoreçam a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. Essa perspectiva reforça a importância das práticas instituintes, como meios de resistência às imposições institucionais que limitam a autonomia dos educadores.

4. Metodologia

A pesquisa que subsidia este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na combinação de dois procedimentos metodológicos complementares: a pesquisa narrativa autobiográfica (Clandinin e Connelly, 2011) e a análise documental (Lima Jr., 2021). Essa escolha metodológica permite uma investigação aprofundada das políticas educacionais e das experiências dos formadores de professores, proporcionando uma compreensão ampliada das tensões entre o instituído e o instituinte na formação docente. A abordagem qualitativa possibilita interpretar a complexidade do fenômeno estudado, valorizando as narrativas dos docentes como fonte essencial de conhecimento.

4.1 Análise Documental

A análise documental (Lima Jr., 2021) foi utilizada para examinar os principais documentos normativos que regem a formação docente no Brasil, tais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Formação de Professores. Esses documentos representam o "instituído" e funcionam como parâmetros para compreender as diretrizes e os limites impostos ao processo formativo dos docentes.

Além das normativas oficiais, a análise documental incluiu relatórios de organismos internacionais e publicações acadêmicas que analisam criticamente as políticas de formação docente. O exame desses documentos permitiu identificar as principais tendências e contradições no discurso normativo, bem como os desafios enfrentados pelos professores no contexto da implementação das diretrizes educacionais.

4.2 Pesquisa Narrativa Autobiográfica

O componente narrativo autobiográfico constitui o núcleo da investigação, pois permite compreender as experiências vividas pelos formadores de professores e suas interações com as políticas educacionais. Essa abordagem metodológica valoriza as narrativas individuais e coletivas dos docentes, reconhecendo-as como elementos centrais na construção do conhecimento pedagógico e na ressignificação das normativas institucionais.

A pesquisa narrativa autobiográfica possibilita uma análise aprofundada dos relatos dos professores, permitindo identificar padrões, desafios e estratégias de resistência às imposições normativas. Dessa forma, os depoimentos analisados fornecem uma visão detalhada sobre como os formadores reinterpretem e adaptam as diretrizes educacionais à realidade concreta da sala de aula. Esse método se mostra essencial para compreender a emergência de práticas instituintes e a construção de alternativas inovadoras no campo da formação docente. Quanto a isso, Clandinin e Connelly (2011) ressaltam que:

Quando pesquisadores narrativos estão em campo, eles nunca estão ali como mentes (sem corpo) registradoras da experiência de alguém. Eles também estão vivenciando uma experiência, qual seja: a experiência da pesquisa que envolve a experiência que eles desejam investigar. A experiência da narrativa do pesquisador é sempre dual, é sempre o pesquisador vivenciando a experiência e sendo parte da própria experiência. [...], ou seja, nós os pesquisadores narrativos fazemos parte do desfile que presumimos estudar. (p. 120)

4.3 Procedimentos de Análise

A análise dos dados foi conduzida por meio da triangulação das informações extraídas dos documentos oficiais e dos relatos narrativos dos formadores de professores. Esse procedimento metodológico permitiu estabelecer um diálogo entre as normativas educacionais e as práticas cotidianas dos docentes, identificando convergências, divergências e possíveis pontos de ruptura entre o instituído e o instituinte.

Foram utilizadas técnicas de análise qualitativa para categorizar e interpretar os dados, destacando os principais desafios enfrentados pelos professores, as estratégias instituintes adotadas e as possibilidades de inovação no processo formativo. A interpretação dos relatos autobiográficos seguiu uma abordagem hermenêutica, buscando compreender o significado das experiências docentes no contexto das políticas educacionais vigentes.

Esse processo analítico permitiu evidenciar como os professores negociam, contestam e transformam as normativas impostas pelo sistema educacional, abrindo espaço para práticas mais flexíveis, reflexivas e alinhadas às necessidades dos alunos. Dessa forma, a metodologia adotada contribui para um entendimento aprofundado das dinâmicas que estruturam a

formação docente e das possibilidades de resistência e inovação no campo educacional.

5. Análise dos Resultados

A análise dos dados revela que a formação docente é um campo marcado por um permanente embate entre a regulação normativa e a autonomia profissional dos professores. A imposição de políticas padronizadas, inspiradas nos princípios da Nova Gestão Pública e na ideologia da competência, tem resultado em uma formação docente que prioriza eficiência e produtividade em detrimento da construção crítica do conhecimento. No entanto, a experiência dos professores aponta para estratégias instituintes que desafiam essa lógica, promovendo práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas.

Os relatos dos docentes indicam que, apesar das tentativas de controle e padronização, há uma busca constante por adaptações e ressignificações das normativas estabelecidas. A pesquisa narrativa autobiográfica utilizada neste estudo permitiu identificar que os professores, ao longo de suas trajetórias profissionais, enfrentam e reconstroem essas imposições, criando espaços de resistência e inovação. Dessa forma, a análise evidencia que a formação docente não pode ser vista apenas como um conjunto de diretrizes técnicas, mas deve ser compreendida como um processo dinâmico que envolve múltiplos fatores contextuais, sociais e subjetivos.

A partir da análise dos dados, vários aspectos importantes emergiram no que se refere à formação docente e à inovação pedagógica. Entre os resultados mais relevantes, destacam-se:

5.1 Confronto entre Padronização e Contextualização

A análise dos documentos oficiais, como a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais, evidencia uma tentativa sistemática de padronização da formação docente, estabelecendo parâmetros rígidos sobre conteúdos, metodologias e avaliação do desempenho docente. Essa padronização visa garantir a qualidade da educação, mas frequentemente desconsidera as especificidades regionais e as realidades concretas dos professores e alunos.

Os relatos dos docentes indicam que essa normatização excessiva limita a capacidade de adaptação às necessidades dos estudantes e às demandas locais. Muitos professores relataram que, ao aplicarem as diretrizes estabelecidas, percebem um distanciamento entre a teoria prescrita e a prática cotidiana da sala de aula. Em contrapartida, as práticas instituintes se manifestam quando os docentes reinterpretam e ajustam os conteúdos de acordo com suas vivências e o perfil de seus alunos.

A pesquisa aponta que a flexibilização curricular e metodológica pode contribuir significativamente para um ensino mais efetivo e contextualizado. Os professores que adotam abordagens mais abertas e adaptáveis conseguem estabelecer um vínculo mais significativo com os estudantes, promovendo aprendizagens mais dinâmicas e relevantes.

A tendência à padronização dos processos formativos, evidenciada nos documentos oficiais, busca garantir a equidade e a qualidade da educação em âmbito nacional. No entanto, essa abordagem frequentemente desconsidera a diversidade de contextos escolares e limita a adaptação pedagógica. Os professores relatam que a imposição de um currículo único e de metodologias predefinidas restringe sua criatividade e autonomia, dificultando o desenvolvimento de práticas educacionais

que respondam às especificidades socioculturais e regionais dos alunos.

Por outro lado, as práticas instituintes demonstram o potencial de transformação ao permitir a criação de metodologias pedagógicas flexíveis e contextualizadas. Os docentes que incorporam suas experiências pessoais e conhecimentos empíricos ao processo de ensino conseguem estabelecer um vínculo mais significativo com os alunos, promovendo um aprendizado mais dinâmico e eficaz. A análise sugere que a flexibilização das diretrizes educacionais e a valorização da autonomia docente são fundamentais para a construção de um ensino mais democrático e adaptado às realidades locais.

5.2 Valorização das Experiências Pessoais

Os dados indicam que a formação docente que valoriza as experiências pessoais dos professores favorece uma prática pedagógica mais autônoma e crítica. A pesquisa narrativa autobiográfica demonstrou que os professores utilizam suas vivências para reinterpretar as diretrizes normativas, tornando-as mais aplicáveis ao seu contexto de atuação.

Os relatos analisados, a partir das minhas notas de campo, mostram que a experiência dos professores não apenas enriquece o processo formativo, mas também potencializa a inovação pedagógica. Muitos docentes afirmam que suas trajetórias individuais os levam a questionar as práticas impostas, favorecendo o desenvolvimento de metodologias que atendem melhor às necessidades dos alunos. Além disso, os depoimentos revelam que a experiência profissional acumulada ao longo dos anos permite que os professores identifiquem lacunas no currículo e proponham soluções mais contextualizadas e eficazes.

A pesquisa também evidencia que a formação continuada dos docentes deve ir além da mera atualização técnica. É

necessário que os programas formativos incentivem uma reflexão crítica sobre as experiências vividas, promovendo um processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, participativo e inovador.

A pesquisa narrativa autobiográfica utilizada no estudo a pesquisa narrativa autobiográfica (Clandinin e Connelly, 2011; Batista, 2023) permitiu evidenciar a importância das experiências pessoais dos docentes na construção do conhecimento pedagógico. Os professores que adotam essa abordagem não apenas desafiam as imposições do instituído, mas também promovem a construção de espaços instituintes dentro do ambiente escolar. Essas iniciativas incluem o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, a adoção de metodologias ativas de ensino e a incorporação de saberes comunitários ao currículo escolar. O estudo indica que a valorização das experiências docentes deve ser um dos eixos centrais das políticas de formação continuada, incentivando os professores a refletirem criticamente sobre suas práticas e a desenvolverem abordagens inovadoras.

5.3 Implicações para a Revisão das Políticas Educacionais

Os achados da pesquisa sugerem que as políticas educacionais voltadas à formação docente precisam ser revisadas para permitir maior flexibilidade e autonomia aos professores. A ênfase em modelos gerencialistas e na responsabilização individual não tem levado a melhorias significativas na qualidade do ensino. Pelo contrário, tem gerado um ambiente de sobrecarga e desvalorização da profissão docente.

A pesquisa aponta que os professores necessitam de espaços instituintes que possibilitem a experimentação e o desenvolvimento de práticas inovadoras. Para isso, é fundamental que as políticas públicas de formação continuada sejam estruturadas de maneira mais participativa, para garantir que os docentes te-

nam voz na formulação de diretrizes educacionais. Além disso, é necessário reduzir a ênfase em avaliações de desempenho baseadas exclusivamente em métricas quantitativas e considerar aspectos qualitativos do trabalho docente, como o impacto na formação integral dos alunos e a construção de um ensino mais inclusivo e significativo.

A revisão das políticas educacionais deve considerar a complexidade do ensino e reconhecer que a formação docente não pode ser reduzida a um conjunto de competências técnicas. O fortalecimento da autonomia pedagógica e a valorização das experiências dos professores são passos essenciais para garantir uma educação que responda às demandas da sociedade contemporânea.

Os achados da tese (Batista, 2023) apontam para a necessidade urgente de revisão das políticas educacionais voltadas à formação docente. O modelo normativo vigente, fortemente influenciado pela Nova Gestão Pública (NGP) e pela ideologia da competência, enfatiza a produtividade e os indicadores de desempenho em detrimento da formação crítica e reflexiva dos professores. Essa abordagem pode comprometer a qualidade do ensino ao reduzir a docência a um conjunto de procedimentos técnicos, desconsiderando o caráter humano e social do processo educativo.

Na discussão dos resultados, a pesquisa sugere que a formulação de políticas educacionais mais flexíveis e contextualizadas pode contribuir significativamente para o aprimoramento da formação docente. É necessário criar mecanismos que permitam aos professores participarem ativamente da definição das diretrizes educacionais, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas experiências valorizadas. A integração entre diretrizes normativas e práticas instituintes é um caminho promissor para o fortalecimento da educação pública e a construção de um ensino mais democrático e inclusivo.

6. Considerações Finais

A análise conduzida ao longo deste capítulo reafirma a necessidade de repensar a formação docente a partir da integração entre as normativas oficiais e as práticas instituintes desenvolvidas pelos professores. O confronto entre o instituído e o instituinte revela que, enquanto as diretrizes educacionais buscam padronizar e regulamentar a prática docente, os professores, por meio de suas experiências e reflexões, transformam e ressignificam essas normativas, adaptando-as às necessidades reais da sala de aula.

Os dados analisados demonstram que um modelo de formação excessivamente pautado na normatização e na mensuração de desempenho pode ser insuficiente para preparar os professores para os desafios do ensino contemporâneo. As experiências pessoais dos docentes, aliadas a processos de formação crítica e reflexiva, emergem como elementos essenciais para a inovação pedagógica e para a construção de um ensino mais inclusivo e democrático.

A pesquisa ora relatada também aponta que as políticas educacionais devem ser reformuladas para garantir maior autonomia aos professores e incentivar práticas pedagógicas mais contextualizadas. A valorização das narrativas autobiográficas no processo formativo se mostra uma estratégia promissora para ampliar a compreensão sobre as reais necessidades da docência e para fomentar a construção de metodologias mais flexíveis e adaptadas à realidade de cada escola e comunidade. Hessel (2009) aborda de modo essencial esse processo narrativo, pois afirma que,

Como metodologia de investigação, a narrativa desvela as concepções sobre um determinado conhecimento e os

modos de praticar a profissão. Proporciona a organização das ideias por meio da reconstituição dos fatos, a tomada de consciência de seu próprio fazer, a partilha de experiências, a construção do futuro a partir da revisão do passado etc. (p. 74)

Diante desse cenário, este estudo contribui para o debate sobre a necessidade de revisão das políticas de formação docente, enfatizando que o ensino não pode ser reduzido a um conjunto de prescrições normativas. A formação dos professores deve considerar suas trajetórias individuais, suas experiências e suas reflexões como elementos fundamentais para a construção de um ensino que valorize o pensamento crítico e a autonomia pedagógica.

Por fim, a investigação reforça que a resistência ao instituído e a valorização das práticas instituintes são essenciais para a transformação da educação. Ao compreender a formação docente como campo de tensões e possibilidades, abre-se espaço para novas perspectivas que promovam uma educação mais humanizada, reflexiva e alinhada aos desafios sociais contemporâneos.

A investigação conduzida evidencia que a formação docente é um campo marcado por disputas entre a normatização institucional e a capacidade dos professores de reinterpretar e ressignificar suas práticas pedagógicas. O confronto entre o instituído e o instituinte revela que, apesar da imposição de diretrizes padronizadas, os docentes encontram maneiras de transformar suas experiências em oportunidades de inovação e adaptação do ensino às necessidades reais de seus alunos.

Os dados analisados reforçam a importância da flexibilização dos processos formativos, permitindo que os professores desenvolvam autonomia na construção de suas metodologias pedagógicas. A valorização das narrativas autobiográficas a

pesquisa narrativa autobiográfica (Clandinin e Connelly, 2011) demonstra que as experiências individuais dos docentes são elementos fundamentais na construção do conhecimento, promovendo uma formação docente mais crítica e contextualizada.

Dessa forma, é essencial que as políticas educacionais sejam revistas para contemplar práticas que favoreçam a integração entre diretrizes oficiais e iniciativas instituintes. A formação de professores deve ir além da mera reprodução de normativas, incorporando elementos que incentivem a criatividade, a reflexão crítica e a adaptação dos conteúdos às realidades específicas dos contextos escolares.

Buscamos, por meio deste estudo, contribuir para a ampliação do debate sobre a necessidade de ressignificação das políticas de formação docente. Ao reconhecer o potencial transformador das experiências dos professores, abre-se espaço para a construção de um ensino mais inclusivo, democrático e alinhado aos desafios contemporâneos da educação.

Referências

- CHAUÍ, Marilena S. *A ideologia da competência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. (Escritos de Marilena Chauí, 3)
- CLANDININ, Jean; CONNELLY, Michael. *Pesquisa Narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Trad. GPNEP-ILEEL- UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- DEWEY, John. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. *Medo e ousadia: cotidiano do professor*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34. ed. São Paulo, 1996.

GATTI, Bernadete A. Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais. *In: ECCOS, Revista científica*, v. 1. n. 1, SP, 1999. P. 63-79. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/155/167>.

Acesso em: fev. 2025.

GIROUX, Henry. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

HESSEL, Ana M. D. G. *Formação online de gestores escolares: atitude interdisciplinar nas narrativas dos diários de bordo* (Tese de Doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

LIMA JR., Eduardo *et al.* Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, v.20, n.44, p.36-51, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: fev. 2025.

NÓVOA, Antônio. Os professores e as histórias da sua vida. *In: NÓVOA, Antonio (Org.) Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2000.